



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E
COMBATE À FOME**
Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS

335ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social

Ata da ordem dos dias 6 e 7 de fevereiro de 2025

Brasília/DF

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E
COMBATE À FOME**
Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS

Ata da 335ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social

Local: Esplanada dos Ministérios, Bloco F, Anexo A, 1º Andar. Brasília/DF

Local Virtual: Plataforma Zoom

Data: 06 e 07/02/2025

1 Nos dias seis e sete do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco realizou-se a 335ª Reunião
2 Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social, sob a Coordenação do Conselheiro, Sr.
3 Edgilson Tavares de Araújo, Presidente do CNAS e Representante da Secretaria Nacional de
4 Assistência Social – SNAS e contou com a participação dos seguintes conselheiros: Sra. Aldenora
5 Gomes González, Representante do Instituto Ecovida; Sra. Ana Lúcia Soares, Representante da
6 Associação Brasileira das/ os Terapeutas Ocupacionais – ABRATO; Sra. Maria Aparecida Guerra
7 Vicente, Representante da Federação Nacional dos Assistentes Sociais (FENAS); Sra. Emilene
8 Oliveira Araújo, Representante da Sociedade Bíblica do Brasil; Sr. Ismael Ultino Tavalone,
9 Representante do Movimento Nacional Pestalozziano de Autodefensores (MONPAD); Sra. Márcia
10 de Carvalho Rocha, Representante da Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos/os
11 das/os Excepcionais – FENAPAES; Sra. Margareth Alves Dallaruvera, Representante da
12 Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social da CUT (CNTSS/CUT); Sra. Maria
13 Carolina Pereira Alves, Representante da Secretaria Nacional de Cuidados e Família; Sr. Raimundo
14 Nonato Lopes de Sousa, Representante do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social,
15 Família e Combate à Fome; Sr. Ricardo de Santana Marques, Representante do Colegiado Nacional
16 de Gestores Municipais de Assistência Social (CONGEMAS); Sra. Solange Bueno, Representante do
17 Fórum Nacional dos Usuários do Sistema Único de Assistência Social (FNU-SUAS); Sra. Tânia
18 Soares de Souza, Representante do Fórum Nacional de Secretários de Estado (FONSEAS); Sr. Thiago
19 Szolnoky de Barbosa Ferreira Cabral, Representante da Federação Brasileira de Associações
20 Socioeducacionais de Adolescentes – FEBRAEDA; Sr. José Miguel da Costa Júnior, Secretaria
21 Nacional de Assistência Social – SNAS; Sra. Maria Gonçalves da Conceição, Representante da
22 Associação Nacional dos Atingidos por Barragens – ANAB; Sra. Keori Afonso de Oliveira; Sra.
23 Catarina de Santana Silva, Representante da Fundação Fé e Alegria do Brasil; Sra. Jucileide Ferreira
24 do Nascimento, Representante do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS); Sr. Eduardo
25 Dalbosco, Representante da Secretaria Nacional de Inclusão Socioeconômica – SISEC; Sr. Marcílio

26 Marquesini Ferrari, Representante Ministério do Desenvolvimento Social, Assistência e Combate à
27 Fome; Sra. Amanda Simone Silva, Representante do Ministério do Desenvolvimento e Assistência
28 Social, Família e Combate à Fome; Sra. Rafaelly Machado da Silva, Representante do Movimento
29 Nacional População de Rua (MNPR); Sra. Geovana Pádua Gobbo Marinot, Representante do Fórum
30 Nacional de Secretários(as) de Estado da Assistência Social – FONSEAS; Sr. Sr. Alessandro Tiezzi,
31 Representante da PIA Sociedade de São Paulo; Sr. Elias de Sousa Oliveira, Representante do
32 Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; Sra. Eutália
33 Barbosa Rodrigues Naves, Representante da Secretaria Nacional de Renda e Cidadania; Sr. Clóvis
34 Alberto Pereira, Representante da Organização Nacional de Cegos do Brasil (ONCB); Sra. Andréia
35 Fernandes Teixeira, Representante da Federação Nacional dos Psicólogos (FENAPSI); Sra. Irene
36 Rodrigues da Silva, Representante da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público
37 Municipal; Sr. Regis Aparecido Andrade Spindola, Representante do Ministério do Desenvolvimento
38 e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **ABERTURA:** O Presidente do CNAS, Sr. Edgilson
39 Tavares de Araújo, saudou a todos os partícipes e realizou a abertura da reunião. Adiante, foi
40 concretizada chamada para verificação do *quórum*. Verificada a presença das conselheiras e
41 conselheiros, partiu-se para a aprovação da ata da 334ª Reunião Ordinária do CNAS, que foi aprovada
42 por unanimidade. Posteriormente, foi realizada a leitura da pauta para a referida reunião, o Sr.
43 Edgilson Tavares de Araújo solicitou a supressão do ponto referente a apresentação do Plano
44 Nacional de Pena Justa e Seus Desenvolvimentos, pois será tratado pela diretoria durante a reunião
45 do mês de março. Em seguida, a Sra. Irene Rodrigues da Silva também propôs que seja incluída na
46 pauta a temática referente a implantação da Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUAS.
47 Não havendo nenhuma objeção por parte dos conselheiros presentes, as solicitações foram acatadas.
48 Ato contínuo, a Sra. Renata Scudero, Coordenadora da Human Rights Watch no Brasil e o Sr. Carlos
49 Rios Espinosa, Diretor Associado da Divisão das Pessoas com Deficiência na Human Rights Watch,
50 realizaram a apresentação da Pesquisa intitulado “Eles ficam até morrer”. Após, a Sra. Márcia de
51 Carvalho Rocha questionou acerca das instituições mencionadas, solicitando mais detalhes sobre
52 quais entidades foram visitadas. Destacou a importância de identificar as organizações envolvidas,
53 pois muitas instituições que atuam com acolhimento de pessoas com deficiência têm regulamentação
54 e são acompanhadas pelos Conselhos de Assistência Social. Enfatizou a necessidade de ações e
55 fiscalização imediatas caso haja indícios de violações de direitos. Seguidamente, o Sr. Elias de Sousa
56 Oliveira abordou sobre a importância histórica do Sistema Único de Assistência Social e das

residências inclusivas como uma conquista para o cuidado de pessoas com deficiência. Reforçou que a metodologia dessas residências não é perfeita, mas tem sido uma importante ferramenta de proteção. Considerou que a análise da pesquisa apresentada não deveria desconsiderar o contexto da conjuntura política e os cortes de recursos entre 2017 e 2022, que afetaram diretamente o atendimento às pessoas com deficiência. Adiante, o Sr. Clóvis Alberto Pereira criticou o uso do termo "depósito de vidas" para se referir às instituições, destacando que, em muitas dessas entidades, são oferecidos cuidados importantes para pessoas com deficiência, especialmente nas áreas de habilitação e reabilitação. Questionou a prevalência das deficiências mencionadas na pesquisa e ressaltou a necessidade de denúncias claras sobre as violações, caso existam, para que as medidas adequadas sejam tomadas. Posteriormente, o Sr. Ismael Ultino Tavalone solicitou mais informações sobre os dados apresentados na pesquisa, enfatizando que a transparência é crucial para garantir que as violações sejam identificadas e corrigidas. Ressaltou a importância de garantir a participação das pessoas com deficiência no processo de desinstitucionalização e que as políticas públicas continuem a melhorar. Em seguida, a Sra. Tânia Soares de Souza expressou desconforto com os resultados da pesquisa, destacando que as unidades sob sua responsabilidade não estavam representadas. Enfatizou os serviços realizados em Roraima e mencionou a prática de infanticídio nas comunidades indígenas. Ato contínuo, a Sra. Emilene Oliveira Araújo destacou que o ponto principal da questão é a proteção dos usuários. Defendeu a divulgação das entidades e resultados da pesquisa, argumentando que é imoral não expor as condições em que as pessoas com deficiência estão vivendo. Questionou a ética da pesquisa, afirmando que o controle social não está funcionando adequadamente. Após, o Sr. Raimundo Nonato Lopes de Sousa destacou a importância do Benefício de Prestação Continuada e do modelo biopsicossocial, que considera os aspectos biológicos, psicológicos e sociais das pessoas com deficiência. Mencionou que a pesquisa pode ajudar a corrigir desvios nas políticas públicas, especialmente no contexto de um orçamento significativo para o BPC. Seguidamente, o Sr. Regis Aparecido Andrade Spindola reforçou a necessidade de identificar as instituições mencionadas na pesquisa, pois essa divulgação é essencial para garantir que as pessoas acolhidas sejam protegidas. Adiante, o Sr. Thiago Szolnoky de Barbosa Ferreira Cabral questionou a ausência de uma denúncia formal ao órgão gestor da política pública (Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social) ou ao Conselho Nacional, sobre as questões reveladas pela pesquisa. Posteriormente, o Sr. Edgilson Tavares de Araújo solicitou esclarecimentos sobre a atuação do Ministério Público e se houve uma denúncia formal, além de questionar sobre a aplicabilidade da pesquisa na melhoria das políticas

88 públicas e a necessidade de um plano de desinstitucionalização. Em resposta, o Sr. Carlos Rios
89 Espinosa destacou que o foco da pesquisa foi a institucionalização de pessoas com deficiência e que
90 a recomendação principal do relatório é a criação de políticas públicas que permitam a
91 desinstitucionalização dessas pessoas, garantindo serviços comunitários adequados. Ressaltou
92 também que, apesar da pesquisa não ter divulgado o nome das instituições, houve articulação com o
93 Ministério Público, que se comprometeu a supervisionar as instituições investigadas. Após, a Sra.
94 Margareth Alves Dallaruvera realizou a leitura do relatório final do Grupo de Trabalho para debater
95 procedimentos e produzir subsídios para realização das conferências livres no âmbito da Política da
96 Assistência Social. Aberto para debate e encaminhamentos, o Sr. Edgilson Tavares de Araújo
97 externou preocupação acerca da definição do número de delegados, bem como sobre a possibilidade
98 de aumentar esse quantitativo para além dos 60 previstos. Enfatizou sobre a falta de orçamento
99 aprovado e a necessidade de critérios mais justos para a distribuição de delegados entre estados e
100 municípios. Adiante, o Sr. Elias de Sousa Oliveira inferiu, como encaminhamento, que o principal
101 ponto de decisão é se as conferências livres terão caráter deliberativo e poderão eleger delegados para
102 a Conferência Nacional, pois isso impacta diretamente o público envolvido e os critérios de
103 participação. Posteriormente, a Sra. Irene Rodrigues da Silva enfatizou que a assistência social deve
104 avaliar sua realidade específica antes de tomar decisões. Defendeu que este é um momento de ampliar
105 o debate para trazer novas pessoas a participarem da Conferência Nacional. Em seguida, o Sr.
106 Eduardo Dalbosco informou que o Grupo de Trabalho iniciou os trabalhos com a compreensão de
107 que haveriam delegados nas conferências livres. Considerou que as conferências livres sejam mais
108 autônomas, menos atreladas à política oficial, incentivando a participação social. Ato contínuo, a Sra.
109 Solange Bueno reforçou que a conferência é feita para deliberar e conferir, sendo assim, os delegados
110 são necessários. Caso não haja essa participação, perde-se seu propósito, sendo reduzida a apenas
111 debates informais. Após, a Sra. Márcia de Carvalho Rocha propôs que seja acompanhada a
112 metodologia de conferências livres, continuando a comissão, porém que seja pausada a definição dos
113 delegados e que essa pauta seja discutida, de forma mais aberta, com a sociedade civil. Seguidamente,
114 a Sra. Margareth Alves Dallaruvera sugeriu suspender a pauta e encaminhar a documentação a todos
115 os conselheiros para que seja estudado e debatido na reunião de março. Adiante, o Sr. Eduardo
116 Dalbosco reconheceu que há dificuldade, mas reforçou que os municípios apoiam a participação
117 social na maioria dos casos. Posteriormente, a Sra. Maria Carolina Pereira Alves apresentou o relato
118 da Comissão de Controle Social das Deliberações das Conferências de Assistência Social. Como

119 encaminhamento, foi proposta a realização de uma primeira live e, a partir disso, construir o roteiro
120 para as próximas; apreciação da nova versão do folder com os ajustes pertinentes sugeridos pelos
121 conselheiros. Em seguida, o Sr. Lavito Person Motta Bacarissa, Representante da Comissão Nacional
122 para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Secretaria-Geral da Presidência da República
123 – CNODS/SG-PR, fez a apresentação acerca dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS
124 e a relação com o SUAS. Ato contínuo, o Sr. Edgilson Tavares de Araújo reafirmou o compromisso
125 do CNAS com os ODS, destacando sua relevância para a assistência social. Sugeriu uma maior
126 correlação entre as ações do Conselho e os ODS, com estratégias de comunicação que associem a
127 marca SUAS à dos ODS. Após, a Sra. Tânia Soares de Souza reforçou que a Agenda 2030 reflete os
128 princípios da Constituição brasileira, sendo um instrumento essencial para a proteção social.
129 Informou sobre a criação da Política Estadual da Igualdade Racial e do Conselho Estadual da
130 Igualdade Racial em 2022. Expressou entusiasmo pela agenda e reforçou a importância da
131 capacitação e engajamento dos gestores públicos na implementação dos ODS. Seguidamente, o Sr.
132 Elias de Sousa Oliveira destacou a importância de integrar o SUAS aos compromissos públicos
133 mundiais, visando um país e um mundo melhores. Afirmou que a política pública só se concretiza
134 quando chega à população, principalmente por meio do CRAS e da unidade básica. Reforçou que o
135 financiamento do governo federal é essencial para que estados e municípios consigam ampliar o
136 atendimento à população vulnerável. Adiante, a Sra. Aldenora Gomes González destacou que o
137 desafio é reconstruir as políticas, o que demanda compromisso de todas as esferas de governo. Propôs
138 maior articulação entre as áreas do governo, sugerindo que os ODS sejam debatidos em diferentes
139 conselhos. Sugeriu a realização de uma Conferência Nacional Livre, ligando os ODS à Política
140 Nacional de Assistência Social. Posteriormente, a Sra. Irene Rodrigues da Silva considerou a
141 importância de dar visibilidade ao Sistema Único de Assistência Social e fazer com que ele seja
142 conhecido e valorizado pela sociedade. Em seguida, a Sra. Rafaelly Machado da Silva solicitou que
143 a Casa Civil possa rever o Plano Ruas Visíveis. Ato contínuo, o Sr. Elias de Sousa Oliveira apresentou
144 o relato da reunião da Comissão de Normas da Assistência Social. Após, o Sr. Edgilson Tavares de
145 Araújo enfatizou que seria importante a criação de Grupos de Trabalho para realizar a atualização das
146 Resoluções de nº 33/2011 e 34/2011; e que sejam revisadas as Notas Técnicas referentes aos temas.
147 Seguidamente, o Sr. Elias de Sousa Oliveira realizou a leitura da minuta de resolução que caracteriza,
148 estabelece diretrizes, parâmetros e critérios para serviços, programas e projetos de assessoramento,
149 defesa e garantia de direitos, ofertados de forma isolada ou cumulativa no âmbito do Sistema Único

de Assistência Social, por entidades e organizações da sociedade civil de assistência social. Adiante, o Sr. Clóvis Alberto Pereira expressou preocupação com a retirada da primazia da sociedade civil no texto, argumentando que isso enfraquece as organizações da sociedade civil e retrocede no avanço de direitos. Propôs recuperar a redação original, destacando que isso fortalece as organizações sem excluir a possibilidade de atuação pública. Realizada deliberação entre os conselheiros, acatou-se o seguinte texto: “*a primazia das entidades e organizações da sociedade civil no desenvolvimento de serviços, programas e projetos de assessoramento, defesa e garantia de direito, considerando a autonomia e a liberdade de organização para o fortalecimento da democracia, sem prejuízo dos deveres das unidades públicas estatais no assessoramento, defesa e garantia de direitos*”. Posteriormente, o Sr. Eduardo Dalbosco sugeriu, como contribuição para o texto, incluir “direito socioeconômico”. Em seguida, foi proposto o seguinte texto para o capítulo 7: “*Proteção social por meio da intersectorialidade das políticas pública: direito da(o) cidadã (ão) à melhor qualidade de vida garantida pela articulação intersectorial da política de assistência social com outras políticas públicas para que alcance e garantam direitos à moradia digna, trabalho, profissionalização, cuidados, saúde, educação, cultura, esporte, lazer, segurança alimentar, segurança pública, preservação do meio ambiente, infraestrutura urbana e rural, crédito e finanças solidárias, documentação civil, desenvolvimento sustentável, acesso a tecnologias acessíveis e assistivas, conectividade cidadã, entre outros direitos sociais*”, sendo aprovado por todos os conselheiros. Ato contínuo, definiu-se o seguinte texto para a sessão de renda: “*direito de cidadão ou cidadã a renda individual e familiar, assegurado por meio de benefícios ou de programas de transferência de renda e projetos intersectoriais de inclusão socioeconômica, inclusive de economia popular e solidária, economia criativa e economia circular, que assegurem a inserção ou reinserção no mundo do trabalho, nos meios urbano e rural*”. Já para o inciso 6, foi aprovada a seguinte redação: “*A contratação dos profissionais que atuam nos serviços, programas e projetos de assessoramento, defesa e garantia de direitos deve observar as diretrizes trabalhistas, assegurados todos os direitos previstos em lei inclusive a remuneração justa, as recomendações da NOB/RH-SUAS e da OIT sobre trabalho decente*”. Após, os conselheiros aprovaram o seguinte texto para o artigo 17: “*Entidades e organizações da sociedade civil de assistência social que atuem em serviços, programas e projetos de assessoramento, defesa e garantia de direitos, no âmbito do SUAS, que mantenham atividades econômicas deverão garantir preponderância de suas atividades finalísticas*”. Seguidamente, o Sr. Edgilson Tavares de Araújo considerou que é necessário criar uma resolução que possa fortalecer as

pequenas entidades. Adiante, a Sra. Eutália Barbosa Rodrigues Naves inferiu que o artigo se refere que a entidade pode ter atividade econômica, mas não pode ser em detrimento da centralidade da oferta que ela está pronta para fazer. Então, seria interessante utilizar um sinônimo. Posteriormente, o Sr. Ricardo de Santana Marques considerou aprovar a ideia que foi posta no começo, já que as entidades concordam que seja incluído um parágrafo único esclarecendo o que é preponderância. Em seguida, o Sr. Clóvis Alberto Pereira reforçou que é importante considerar essas questões dentro dos parâmetros éticos, morais, legais e jurídicos para facilitar, e não confundir, pois isso reflete de forma direta nos atendimentos e no acesso dos usuários. Ato contínuo, foi realizada a inclusão de um inciso 1º, com a seguinte redação: *“Para efeitos desta Resolução, entende-se que a análise da preponderância nas atividades finalísticas da assistência social, a partir da análise dos planos de ação, relatórios de atividades e visitas técnicas pelos CMAS e CAS-DF, considerando o número de beneficiárias(os) e suas aquisições, nos termos do art. 9º e 10º desta Resolução, atividade principal no CNPJ e estatuto social”*. Após, o Sr. Edgilson Tavares de Araújo propôs, como encaminhamento, que seja criada uma estratégia de GT para discutir todos os aspectos da preponderância. Seguidamente, os conselheiros aprovaram a inserção de uma nova redação para o artigo 21: *“As entidades e organizações da sociedade civil de assistência social atuantes no assessoramento, defesa e garantia de direitos, inscritas no CMAS e CAS-DF, que não atendam aos termos dessa Resolução deverão ter sua inscrição mantida até 30 de abril de 2026, apresentando novo plano de ação que atenda a esta Resolução”*; e um parágrafo único – *“O plano de ação e o relatório para o exercício de 2025 poderão ser apresentados nos termos da Resolução CNAS nº 27, de 19 de setembro de 2011”*. Em regime de votação, os conselheiros: Aldenora Gomes González, Ana Lúcia Soares, Aparecida Guerra Vicente, Elias de Souza Oliveira, Emilene Oliveira Araújo, Eutália Barbosa Rodrigues Naves, Ismael Ultino Tavalone, Márcia de Carvalho Rocha, Margareth Alves Dallaruvera, Raimundo Nonato Lopes de Souza, Amanda Simone Silva, Ricardo de Santana Marques, Solange Bueno, Tânia Soares de Souza, Thiago Szolnoky de Barbosa Ferreira Cabral e Edgilson Tavares de Araújo manifestaram voto favorável. E por 16 votos, a Resolução foi aprovada a unanimidade. Adiante, a Sra. Aldenora Gomes González realizou a leitura do relato da reunião da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social. Posteriormente, passou-se a leitura da Resolução CNAS/MDS que dispõe sobre a aprovação do Relatório Final da Execução Orçamentária e Financeira do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), exercício de 2024. Em regime de votação, os conselheiros: Ana Lúcia Soares, Aparecida Guerra Vicente, Elias de Souza Oliveira, Emilene Oliveira Araújo, Eutália Barbosa

Rodrigues Naves, Ismael Ultino Tavalone, Margareth Alves Dallaruvera, Raimundo Nonato Lopes de Souza, Ricardo de Santana Marques, Solange Bueno, Thiago Szolnoky de Barbosa Ferreira Cabral, Márcia de Carvalho Rocha, Edgilson Tavares de Araújo, Tânia Soares de Souza, Aldenora Gomes González e Amanda Simone Silva manifestaram voto favorável. E por 16 votos, a Resolução foi aprovada a unanimidade. Em seguida, o Sr. Edgilson Tavares de Araújo solicitou, acerca da Resolução da Mesa de Negociação, que nenhuma matéria do conselho e de nenhum segmento, nem mesmo do governo, tramite processos paralelamente, mas que siga corretamente os ritos do CNAS. E como encaminhamento, foi proposto que a Conjur possa encaminhar a documentação para a Comissão de Normas para debate. Ato contínuo, a Sra. Eutália Barbosa Rodrigues Naves realizou a leitura do relato da Comissão de Política da Assistência social. Após, fez a leitura da minuta de resolução CNAS MDS que dispõe sobre a instituição da escola do SUAS. Em regime de votação, os conselheiros: Aldenora Gomes González, Ana Lúcia Soares, Aparecida Guerra Vicente, Elias de Souza Oliveira, Emilene Oliveira Araújo, Eutália Barbosa Rodrigues Naves, Ismael Ultino Tavalone, Márcia de Carvalho Rocha, Margareth Alves Dallaruvera, Amanda Simone Silva, Ricardo de Santana Marques, Solange Bueno, Tânia Soares de Souza, Thiago Szolnoky de Barbosa Ferreira Cabral e Edgilson Tavares de Araújo manifestaram voto favorável. E por 15 votos, a Resolução foi aprovada a unanimidade. Seguidamente, a Sra. Margareth Alves Dallaruvera proferiu a leitura do relato da reunião da comissão de Acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social. Adiante, o Sr. Eduardo Dalbosco proferiu o relato da reunião da Comissão de Acompanhamento de Benefícios Socioassistenciais e Transferência de Renda. **ENCERRAMENTO:** Feitos os agradecimentos finais, a Sra. Márcia de Carvalho Rocha, declarou encerrada a 331ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS.

Edgilson Tavares de Araújo
Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social

Brasília/DF
Fevereiro de 2025